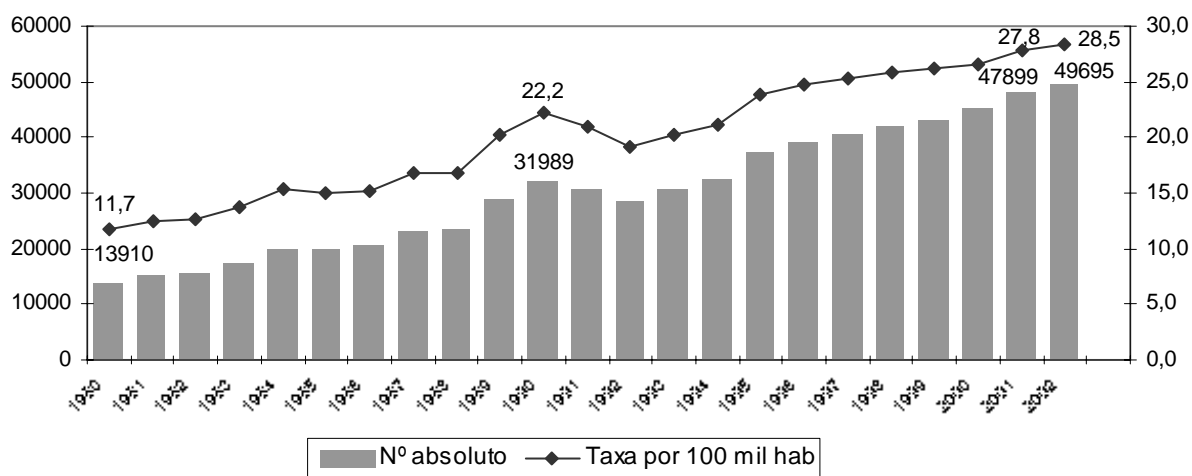


Criminalidade, segurança pública e respostas brasileiras à violência*

Silvia Ramos¹

As taxas de mortes violentas nos principais centros urbanos brasileiros superam as de países que vivem conflitos armados. Em 2002, 49.695 mil brasileiros foram assassinados. Entre os anos de 1980 e 2002, houve quase 700 mil homicídios dolosos no país, o que equivale a mais de 30 mil assassinatos por ano. Como se pode observar no Gráfico 1,² a curva de homicídios cresce, sistematicamente, ao longo de duas décadas. A pequena queda observada entre os anos de 1990 e 1992 é atribuída a um problema no registro dos dados.³ Nesses anos teria havido um grande acréscimo de registros de “mortes por armas de fogo e intencionalidade desconhecida”, não contabilizados como homicídios, concentradamente no Rio de Janeiro.

Gráfico 1
Homicídios no Brasil: números absolutos e
taxas por 100 mil habitantes de 1980 a 2002



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

O Brasil passou de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1980, para 28,5 pelos mesmos 100 mil, em 2002. Países da Europa Ocidental têm taxas inferiores a 3 mortes

* Parte dos argumentos deste artigo foram desenvolvidos em Ramos, Silvia e Lemgruber, Julita (2004).

¹ Silvia Ramos é coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC/UCAM).

² Os gráficos aqui apresentados foram elaborados por Leonarda Musumeci e Dorian Borges, coordenadora e estatístico do CESeC.

³ Soares, G. (1999).

intencionais por 100 mil habitantes e os Estados Unidos encontram-se na faixa de 5 a 6 mortes intencionais por 100 mil habitantes.

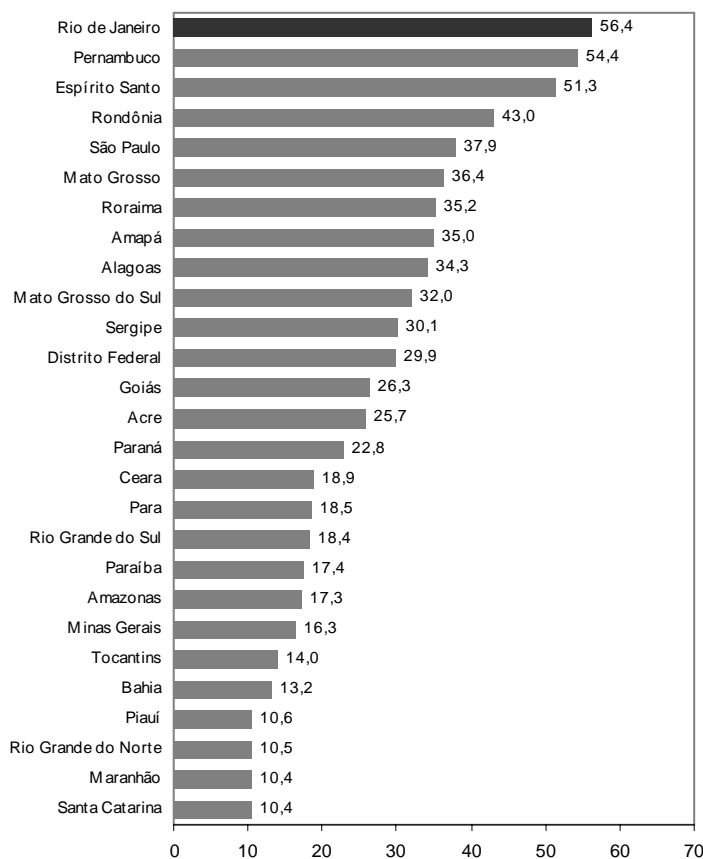
A distribuição das mortes violentas, no Brasil, contudo, apresenta características bem definidas, que precisam ser compreendidas se pretendermos entender as características, a velocidade e a qualidade das políticas públicas para enfrentar o problema da violência e das respostas da sociedade civil vem produzindo ao longo desse período.

Diferenças regionais: a urbanização como variável associada à violência

Em primeiro lugar, verificam-se importantes diferenças entre os estados brasileiros no que se refere a taxas de homicídio. Quando tomamos o ano de 2002 como referência, observamos que os índices vão de 10,4 mortes por 100 mil habitantes, em Santa Catarina, a 56,4 por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro, sendo seguido por Pernambuco e Espírito Santo, ambos com taxas também superiores a 50 homicídios por 100 mil habitantes. (Gráfico 2). É sempre importante ressaltar que a qualidade dos dados sobre mortes violentas produzidos no Brasil é variável, havendo estados que produzem informações mais qualificadas que outros. Por essa razão, os dados revelam grandes tendências, mas podem não ser precisos caso a caso e sugerem que qualquer avaliação definitiva sobre violência letal em cada estado da Federação deve ser considerada com cautela. De fato, estudos aprofundados da evolução das taxas de homicídio devem utilizar duas fontes: a Polícia Civil, cujos dados são baseados nos registros de ocorrências criminais (ROs ou BOs) e o Sistema de Saúde, com dados baseados nos certificados de óbitos.⁴ É sempre recomendável, para análises sobre dinâmicas locais, cotejar as duas fontes.

⁴ Sobre o assunto, ver Musumeci (2002).

Gráfico 2
Taxa de homicídios por 100 mil habitantes nos estados brasileiros e DF - 2002



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

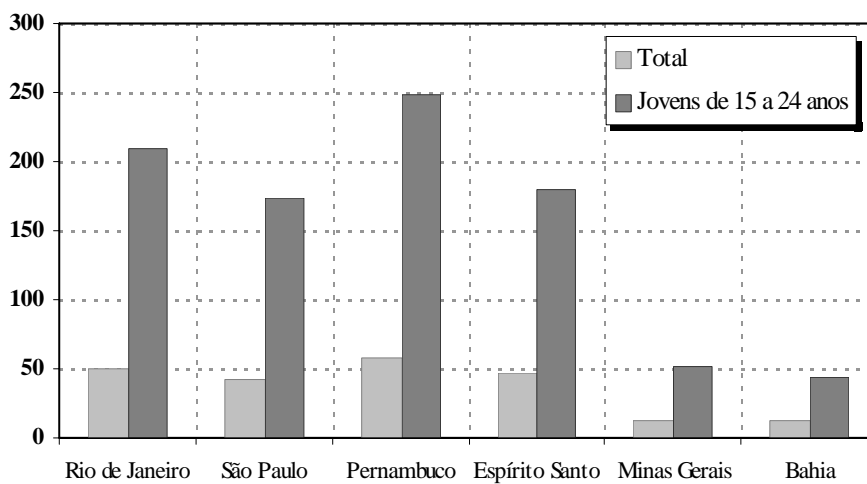
As comparações entre os estados brasileiros indicam que variáveis socioeconômicas, separadamente, não explicam as diferenças nos índices de violência letal nos estados. Estudos realizados por Cano e Santos (2001) em áreas metropolitanas no Brasil mostram que o número de homicídios é mais alto nos bairros pobres e mais baixo nas áreas favorecidas das cidades, sendo essa região intramunicipal a que revela mais forte influência da variável renda. No entanto, ao comparar os estados brasileiros, os mesmos autores concluem que as variáveis renda, educação e desigualdade têm impacto menos significativo nas taxas de homicídios do que a variável urbanização. Ou seja, as municipalidades com alta proporção de população urbana detêm taxas muito mais altas de homicídio.

Diferenças etárias: jovens são as maiores vítimas

Uma outra característica muito intensa e preocupante no panorama brasileiro é a concentração dos homicídios na população jovem. Na faixa etária dos 15 aos 24 anos, as taxas

são extraordinariamente mais altas do que as verificadas para a população como um todo. A tendência, como se observa no Gráfico 3, é nacional, ocorrendo mesmo nos estados com taxas de violência letal mais baixas. Quando examinamos algumas áreas urbanas pobres, focalizando os jovens, encontramos taxas de mais de 200 homicídios dolosos por 100 mil habitantes.

Gráfico 3
Taxa de homicídios por 100 mil habitantes
em diferentes estados brasileiros: jovens e total - 2001



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

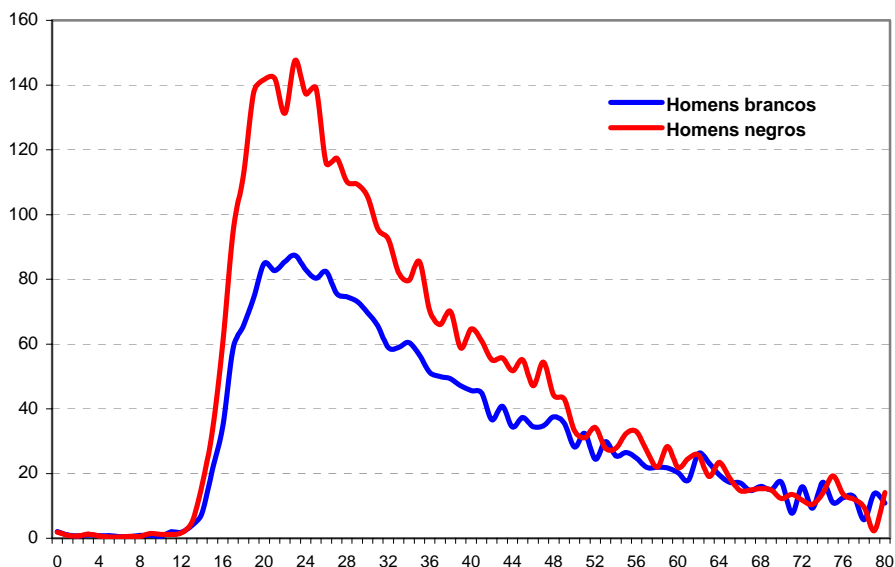
Diferenças raciais: a cor da morte

Paralelamente à idade, estudos recentes têm identificado a existência de uma dramática concentração de mortes violentas na população negra (somatório dos classificados como pretos e pardos), indicando que a distribuição desigual de riquezas e recursos sociais (educação, saúde, saneamento) entre brancos e negros, no Brasil, acaba por provocar outro tipo de desigualdade, aquela na distribuição da morte violenta. Assim, são os negros e, entre estes, os mais jovens, as vítimas preferenciais da violência letal.

As taxas de homicídios para negros são mais altas em todas as idades, embora muito mais acentuadas entre os 14 e 19 anos, faixa em que os números aumentam sistematicamente. Enquanto a diferença é de 2,8% aos 13 anos de idade, esta sobe para 10,3% aos 14 anos, e 17,2% aos 19 anos de idade. Em seguida, a diferença vai diminuindo, chegando a 6% depois dos 26 anos

e a menos de 1% depois dos 48 anos de idade.⁵ Quando observamos apenas a população masculina, os contrastes são ainda mais acentuados. (Gráfico 4)

Gráfico 4
Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) de homens segundo cor e idade no Brasil – 2000



Fonte: Borges, D. com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – Datasus.

As variáveis cor e idade, combinadas, também são um fator de risco para ser considerado suspeito pela polícia. Os jovens pobres, predominantemente negros, moradores de favelas e das periferias dos grandes centros são os suspeitos preferenciais da polícia. Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania⁶, na cidade do Rio de Janeiro, revelou que 57,9% das pessoas paradas pela polícia andando a pé na rua têm entre 15 a 29 anos. Por sua vez, considerando pessoas paradas em todas as abordagens policiais, os negros sofrem revista corporal em 55% das vezes em que são abordados, contra 32,6% das vezes quando os brancos são abordados. A distribuição das próprias operações policiais são variáveis por bairro, predominando as abordagens a pé na rua, com revistas corporais, nas áreas pobres e as “blitz” de automóveis, quase sempre sem revistas corporais, nas áreas mais ricas.

⁵ Informações contidas no estudo *A cor da morte*, de Gláucio Soares e Doriam Borges, originalmente apresentado no seminário Violência e Racismo, organizado pelo CEEC/UCAM no ano 2002 e publicado na Revista Ciência Hoje, outubro de 2004.

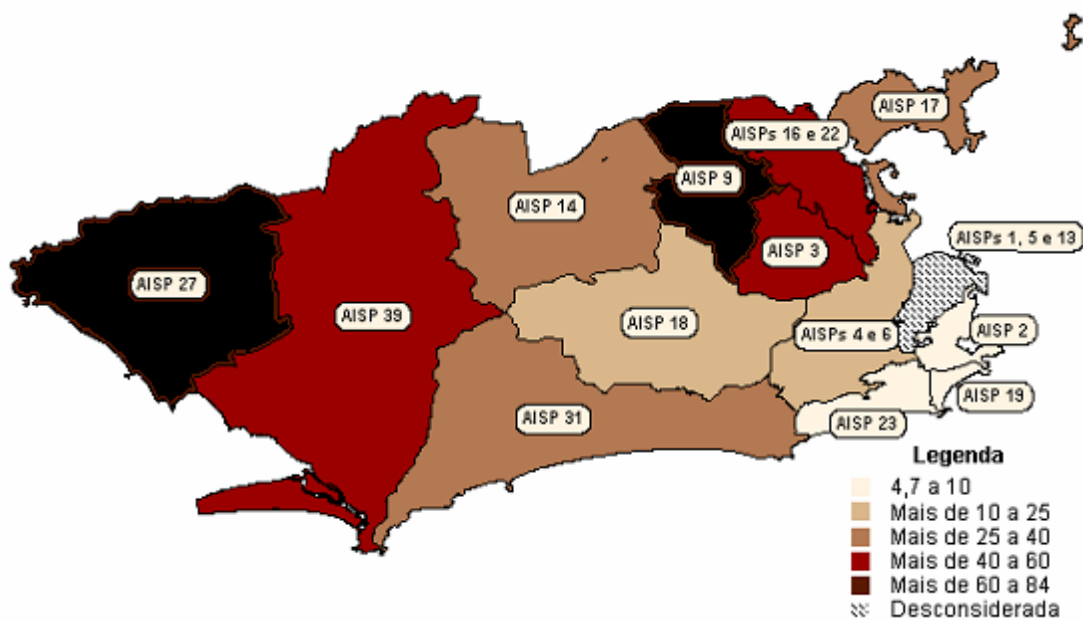
Diferenças geográficas: as cidades partidas

Nas regiões metropolitanas do país, como se sabe, a criminalidade violenta cresceu predominantemente em favelas e bairros pobres das periferias urbanas. Nessas áreas, especialmente a partir dos anos 80, instalou-se o tráfico de drogas e os conflitos entre facções rivais que disputam o controle de um mercado altamente lucrativo. Também ao longo dos anos, cresceram a violência e a corrupção policiais, umbilicalmente ligadas ao tráfico de drogas. É nesses territórios pobres e carentes de serviços públicos que se registram os mais altos índices de violência letal. Nas cidades brasileiras mais violentas é possível identificar uma *geografia da morte*, em que as maiores vítimas são jovens negros e pobres.

A Figura 1 ilustra a desigualdade na distribuição da violência letal entre os diversos bairros do município do Rio de Janeiro. O mapa traz a divisão do município em AISPs (Áreas Integradas de Segurança Pública). Como se pode perceber, as AISPs 2, 19 e 23, que englobam os bairros da Zona Sul da cidade (Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Barra), nas quais se concentram moradores com maior poder aquisitivo, são aquelas que apresentam as mais baixas taxas de homicídios. Ali são comuns taxas que variam entre 4,7 a 10 homicídios por 100 mil habitantes, próximas dos padrões norte-americanos. Já as AISPs 27 e 9, situadas na Zona Oeste e no Subúrbio, que reúnem bairros pobres e regiões repletas de favelas, como Penha, Irajá, Rocha Miranda, Acari e Santa Cruz, chegam a registrar taxas de até 84 homicídios por 100 mil habitantes. Manchas territoriais de concentração de mortes violentas nos bairros pobres e nos aglomerados de favelas também se evidenciam em cidades nas quais estudos sistemáticos têm sido desenvolvidos, como os do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) sobre a violência letal e Belo Horizonte, como mostra a Figura 2.

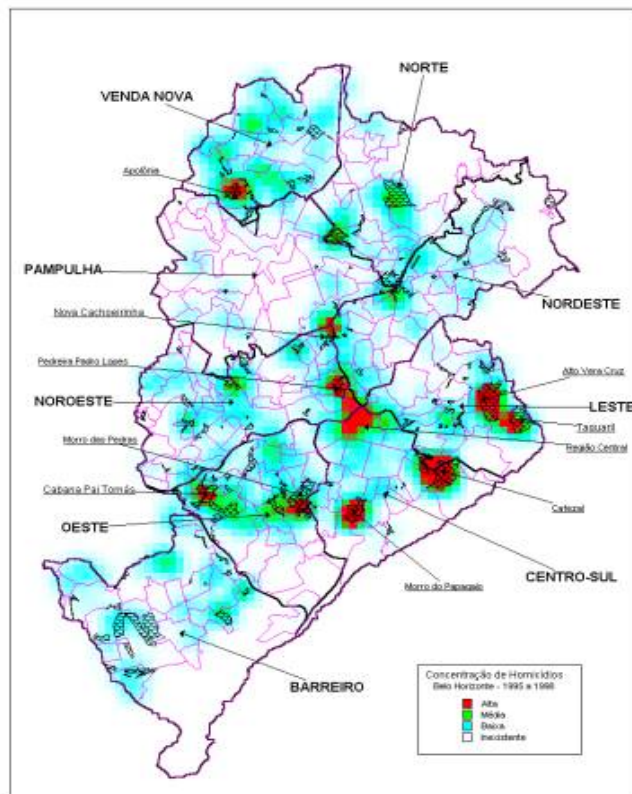
⁶ Ramos, S e Musumeci, L. (2004)

Figura 1
Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no município do
Rio de Janeiro: Áreas Integradas de Segurança Pública - 2003



Fonte: Musumeci (2002), com dados do *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro* e IPP (estimativas populacionais 2002).

Figura 2
Clusters de homicídio em Belo Horizonte – 1995 a 2000



Fonte: Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - Crisp/UFMG

Para alguns analistas, está em curso, no país, um verdadeiro genocídio de jovens pobres, sobretudo negros, decorrente da expansão veloz das dinâmicas criminais e do acesso ilimitado às armas de fogo.⁷

Sem dúvida, a combinação explosiva entre armas e drogas foi determinante para a escalada das taxas de criminalidade violenta nos grandes centros urbanos.⁸ Em 1980, as mortes causadas por armas de fogo totalizavam 43,9% do total de homicídios no país. No ano de 2000, o percentual havia subido para 68%. Boa parte das dinâmicas da violência que se estabelece e aprofunda nas duas últimas décadas se engendra nas redes de tráfico e consumo de drogas ilícitas. O crescimento acelerado de mortes violentas em favelas e bairros pobres pode ser explicado por uma combinação de fatores: a chegada da cocaína, em centros urbanos como Rio, São Paulo, Vitória, Belo Horizonte e nas grandes cidades do interior nos anos 80, e sua extrema rentabilidade; o aumento de policiamento violento e repressivo; as lutas entre facções rivais pelo controle dos pontos de distribuição e venda de drogas; e a utilização de armas de uso militar. A

⁷ Soares, L. E. (2003).

⁸ Musumeci (2002) e Lemgruber (2003).

ausência dos poderes públicos (principalmente de polícias eficientes e honestas) em tais áreas favoreceu o estabelecimento e a ampliação do controle territorial dessas áreas por grupos armados de traficantes. Nesses territórios o tráfico exerce forte poder de sedução sobre crianças e adolescentes com escassas alternativas de emprego e renda e frágeis perspectivas de futuro. Muitos jovens vislumbram, nos lucros rápidos e na vida *glamourosa* inspirada pelo poder e pela presença ostensiva das armas, uma saída atraente, ainda que frequentemente letal. Essas práticas alimentam uma cultura – na qual predominam o despotismo, o machismo, as armas e a violência – que contamina boa parte da juventude desses locais, mesmo aqueles que não se vinculam diretamente ao tráfico de drogas ou ao crime.

As Polícias e as respostas no campo da segurança pública

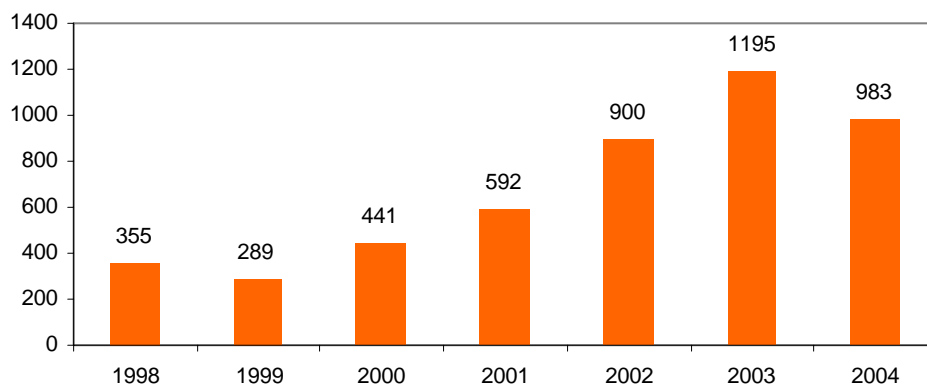
O perfil socioeconômico e a baixa capacidade de pressão política das principais vítimas da violência pode ajudar a explicar o despertar tardio dos governos e da sociedade civil brasileira para o tema da segurança pública e para a necessidade de modernização, controle e democratização da Polícia. Apenas na década de 1990 começaram a ser registrados esforços sistemáticos de elaboração de políticas públicas de segurança baseados numa perspectiva contemporânea, identificada com a combinação entre eficiência e direitos humanos. Até então o tema era relegado, pela maioria dos governos, às esferas corporativas das próprias Polícias. A indiferença e o silêncio no que dizia respeito à escalada de violência letal predominou também entre amplos setores intelectuais, na mídia e mesmo entre as organizações não-governamentais durante os anos 80 e em parte da década de 90. Efetivamente, no contexto acadêmico e universitário, salvo raras exceções, são relativamente recentes a criação de centros de estudos voltados para os temas da violência na perspectivas da segurança pública.

Decorrentes da ausência de investimentos e de políticas públicas racionais, a maioria das Polícias do país foram se degradando e muitas tornaram-se violentas e ineficientes. O crime organizado que se estrutura em torno do tráfico de armas e drogas, por meio de mecanismos em níveis diversos, corrompeu amplos segmentos das corporações policiais, em alguns casos atingindo desde as bases até às chefias.⁹ Em alguns estados, a violência policial transformou-se em um problema maior e afeta diretamente as populações pobres das favelas e das periferias, que se vêem encurraladas entre a violência dos grupos armados de traficantes e a violência e a corrupção policiais.

⁹ Ver Lemgruber, Musumeci e Cano (2003).

No estado do Rio de Janeiro, a Polícia é responsável por mais de 10% dos homicídios dolosos, tendo as ocorrências chegado a 900 assassinatos em 2002, 1.195 em 2003 e 983 em 2004, denotando um crescimento extraordinário da violência policial, indicada no Gráfico 5. O Gráfico 6, com a taxa e o número absoluto de homicídios no mesmo estado, demonstra não haver correspondência entre política de segurança pública orientada para o confronto com os “bandidos”, como freqüentemente assevera o Governo do estado, e a redução de taxas de homicídios. Em 1999, a Polícia matou 289 pessoas e a taxa de homicídios foi de 42,9 por 100 mil habitantes.¹⁰ Em 2004, a Polícia matou 983 pessoas e a taxa de homicídios permaneceu no mesmo patamar, com 42,8, pelos mesmos 100 mil habitantes. Ou seja, embora o número de autos de resistência tenha crescido, consistentemente, entre 1999 e 2004, as taxas de homicídios não se comportam no sentido inverso.

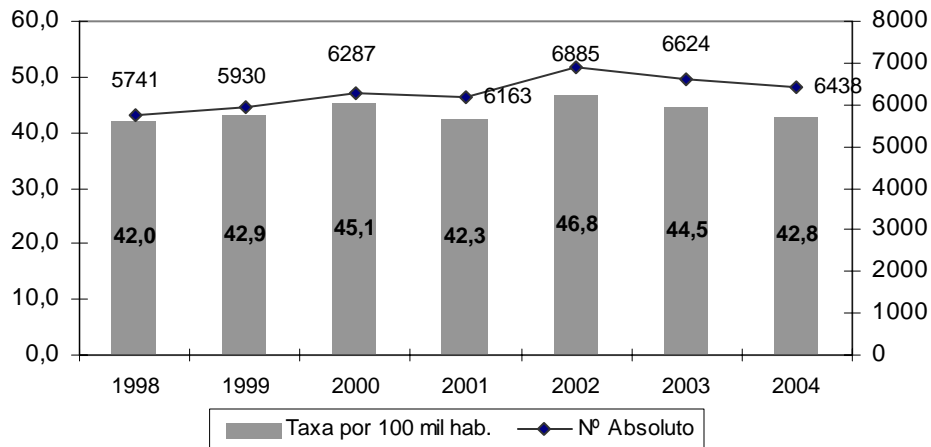
Gráfico 5
Autos de resistência no estado do Rio de Janeiro: 1998 a 2004



Fontes: Planilhas Asplan/PCERJ, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e IBGE.

¹⁰ Verifique-se que os Gráficos 5 e 6 foram elaborados a partir dos dados da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Portanto, não estamos utilizando aqui informações do Datasus.

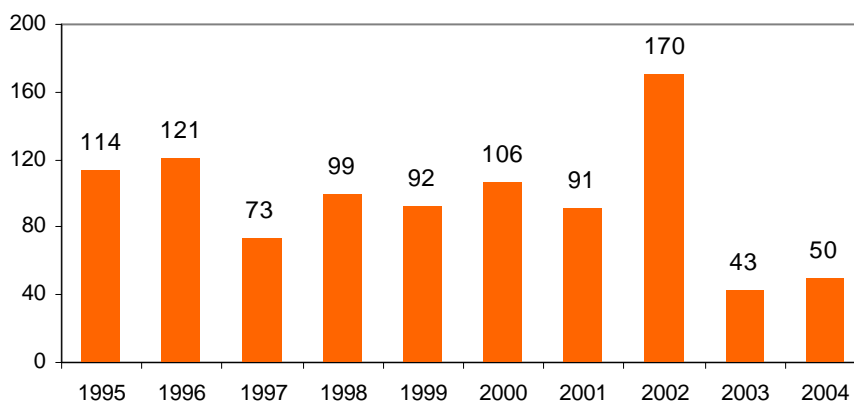
Gráfico 6
Número absoluto e taxa por 100 mil habitantes
de homicídios no estado do Rio de Janeiro: 1998 a 2004



Fontes: Planilhas Asplan/PCERJ, *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, IBGE e Datasus.

O número de policiais mortos também tem aumentado, ainda que em proporção muito inferior à de civis, como mostra o Gráfico 7. Além disso, uma característica do fenômeno da morte de policiais no estado do Rio de Janeiro é sua incidência predominantemente maior de mortes fora de serviço. Aproximadamente 70% das mortes de policiais ocorrem no “segundo emprego”, isto é, quando eles estão fazendo “bicos” como seguranças privados.

Gráfico 7
Número de policiais militares mortos
no estado do Rio de Janeiro: 1995 a 2004



Fonte: Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro.

A violência policial também assume, tais como as taxas de homicídios na cidade, uma geografia específica, estando fortemente concentrada na Zona Oeste e nos bairros de Subúrbio, como indica a Tabela 1. A baixa presença de organizações de direitos civis nessas áreas e uma espécie de “naturalização” da idéia de que conflitos em favelas provoquem vítimas civis podem ajudar a compreender por que esses números só vêm crescendo nos últimos anos. O fato é que a violência policial encontra-se fora de controle dos comandos superiores, bem como a corrupção policial, que cresceu na mesma proporção em que a “licença para matar” foi sendo concedida.

Tabela 1
Autos de resistência e policiais mortos em serviço em BPMs da capital
Rio de Janeiro - 2003

	População Residente	Autos de Resistência	Policiais Militares mortos em serviço
Subúrbios	2.086.582	501	23
Zona Oeste	2.280.831	124	8
Zona Norte	625.207	61	2
Centro	221.572	55	0
Ilha do Governador	168.765	37	0
Zona Sul	435.368	20	1
Município do Rio de Janeiro	5.818.325	798	34

Fontes: *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*/Asplan e Censo Demográfico 2000, IBGE. Elaboração: Cesecc.

O quadro atual pode ser resumido no fato de que a Polícia do Rio de Janeiro mata mais do que todas as Polícias dos Estados Unidos juntas. E, é bom que se diga, os Estados Unidos convivem com índices de violência policial muito superiores à maioria dos países do mundo desenvolvido. As características dessas mortes são importantes para compreender sua dinâmica. Um estudo minucioso realizado por Cano (1997), tomando os autos de resistência dos anos 1993 a 1996, na cidade do Rio de Janeiro, revelou que as vítimas são majoritariamente jovens do sexo masculino (de 15 a 29 anos, com ênfase na faixa de 20 a 24) e que 64% são negros, contrastando com a presença de 39% de negros na população carioca.

O estudo também mostrou que a ação de polícia dentro das favelas é mais letal do que em outros locais. Em 523 confrontos armados em favelas a Polícia fez 512 vítimas fatais. A morte de 512 pessoas em favelas contra 430 fora delas representa uma incidência seis vezes maior no

interior das favelas do que fora, considerando o percentual da população que vive em favelas no Rio de Janeiro. Além disso, a análise mostrou que quase a metade dos corpos recebeu quatro disparos ou mais e a maioria dos cadáveres apresentava pelo menos um tiro nas costas ou na cabeça, configurando casos evidentes de execuções sumárias entre as “mortes em confronto”.

Em relação a políticas de controle do uso excessivo da força policial, é digno de nota o projeto pioneiro da Polícia Militar de São Paulo. O Programa de Acompanhamento de Policiais Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco (Proar) retirava das ruas, por seis meses, para acompanhamento médico e psicológico, policiais que fizessem disparos fatais. O programa foi adotado em 1995, durante a gestão Covas e extinto em agosto de 2002.

Um outro problema grave e generalizado acerca da atuação das Polícias no combate ao crime é a baixa taxa de esclarecimento de delitos. Num dos únicos levantamentos feitos no país, Luiz Eduardo Soares concluiu, em 1996, que a Polícia do Rio de Janeiro esclarecia apenas 8% dos homicídios que registrava. Em 2003, o secretário de Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro, Jorge da Silva, declarou que levantamento da própria Polícia Civil concluía que a corporação esclarece apenas 4% dos homicídios registrados. Para se ter uma idéia da distância de padrões internacionais, a taxa de esclarecimento de homicídios na Inglaterra é de 87%. O fato de mais de 90% dos homicídios permanecerem sem autoria identificada, sem indiciados e nem punidos é potente motor propulsor do cometimento de novos crimes violentos.

Políticas de segurança: o Plano Nacional de Segurança

Em relação às políticas de segurança, além das experiências de alguns estados – e, mais recentemente, de alguns municípios – que passaram a incorporar pesquisadores e organizações da sociedade civil na elaboração e execução de políticas públicas, em 2002, durante o processo de eleições presidenciais, o Partido dos Trabalhadores apoiou a elaboração de um Programa Nacional de Segurança,¹¹ que resultou de um amplo processo nacional de consultas e contou com a participação de mais de cem de especialistas. Pela primeira vez, o país conta com um programa elaborado a partir de um diagnóstico sistemático e uma visão estratégica do problema da violência, com a preocupação de combinar políticas sociais e preventivas com políticas policiais e repressivas e de controle e modernização das Polícias. O programa preconiza o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), por meio do qual trabalhariam integradas as polícias estaduais, a

¹¹ <http://www.mj.gov.br/senasp>

polícia federal e as guardas municipais, compartilhando informações, bases de dados e cadastros e planejando e executando suas ações.

Desde o início da atual gestão nacional, contudo, os resultados se mantêm muito aquém do esperado. De fato, há propostas no Projeto que demandam mudanças constitucionais e, naturalmente, sua viabilização será demorada e sujeita a negociações. Mas a maioria das medidas poderiam ser tomadas imediatamente, bastando que se considere a segurança pública prioridade. Para ilustrar, a criação da Ouvidoria da Polícia Federal, que até hoje não se efetivou, depende, exclusivamente, de ato do Ministro da Justiça. O governo federal tem perdido uma excelente oportunidade para mostrar que o controle externo da Polícia é fundamental num país em que grassam a corrupção e a violência nas forças policiais. Nesse sentido, a criação de sua própria Ouvidoria assume contornos políticos e simbólicos que têm sido desprezados.

O Fundo Nacional de Segurança Pública, para investimentos em todo país, contou, em 2004, com recursos de aproximadamente R\$ 400 milhões. O orçamento da segurança pública do estado de São Paulo correspondeu a R\$ 5 bilhões. A implantação do SUSP, que hoje encontra-se praticamente paralisada, em grande medida dependerá da capacidade de pressão que a sociedade for capaz de exercer para que o governo federal e os governos locais reconheçam a urgência dos temas da violência e a prioridade da segurança pública por detrás da cortina de silêncio favorecida pela baixa capacidade de vocalização de suas principais vítimas. Com raras exceções,¹² as respostas predominantes dos governos ao fenômeno da violência – independentemente de orientação partidária, tanto no plano federal como nos planos estaduais e municipais – parecem ser, ainda nesses primeiros anos do novo século, a lentidão de respostas e a naturalização da violência e da criminalidade (especialmente quando ela atinge populações marginalizadas), por um lado; e por outro, os ímpetos de indignação e as ondas de “lei e ordem”,¹³ quando de ocorrências criminais rumorosas.

O Estatuto do Desarmamento e o papel da mídia

Entre as respostas da sociedade civil, em 2003, um importante passo foi dado para reduzir as mortes por armas de fogo. Sob a liderança de organizações não-governamentais (principalmente a ONG Viva Rio, no Rio de Janeiro, e o Instituto Sou da Paz, em São Paulo) que

¹² Entre elas, vale mencionar o esforço do governo de Minas Gerais para apoiar um importante processo de modernização, reforma e transparência nas Polícias, com apoio de grupos de pesquisa e entidades civis.

¹³ No repertório de “medidas duras para combater” são frequentes a retomada de temas como: redução da maioridade penal; inclusão de novos delitos na qualificação de crimes hediondos; redução de direitos para os presos e aumento do isolamento; pena de morte.

mobilizaram grandes manifestações públicas, a articulação com parlamentares comprometidos com políticas de paz, e o apoio de parte importante da mídia, foi aprovado no Congresso Nacional o Estatuto do Desarmamento, que prevê uma série de dispositivos para controlar a venda e a posse de armas de fogo e proibir o porte (exceto para policiais civis, militares e das Forças Armadas, e guardas municipais de cidades com mais de 250 mil habitantes). O Estatuto prevê, também, a realização de um plebiscito nacional em 2005, quando a população votará sobre a proibição de venda de armas de fogo em território nacional. Em 2004, a despeito do forte *lobby* das fábricas de armas no Congresso e no Executivo, começou a ser implementada, com sucesso, a etapa do recolhimento de armas, antes da colocação na ilegalidade de armas em situação irregular. O fato de que uma “política de segurança” teve início em organizações da sociedade civil, ganhou os meios de comunicação, foi vitoriosa em votação no Congresso e tornou-se política de Estado pode ser considerado um caso paradigmático na área do combate à violência no Brasil. É digno de nota o papel que os meios de comunicação vêm desempenhando no processo de agendamento de políticas públicas de segurança e controle social da polícia.

Ainda é cedo para medir o impacto do desarmamento nas taxas de mortes violentas. É seguro que as maiores alterações vão se verificar nas modalidades criminais interpessoais e interativas e o efeito mais importante do estatuto, em seu período inicial, será o debate nacional que o tema é capaz de suscitar e a manifestação da vontade da sociedade civil brasileira por uma cultura contrária às armas.

Jovens das favelas e das periferias: os novos mediadores

No contexto das respostas civis à violência pode-se vislumbrar um importante e recente processo de mobilização de jovens de favelas e bairros de periferia. São projetos, programas ou iniciativas locais baseados em ações culturais e artísticas, freqüentemente desenvolvidos e coordenados pelos próprios jovens. Exemplos dessas iniciativas são o grupo Olodum, em Salvador, o Afro Reggae, o Nós do Morro e a Cia. Étnica de Dança, no Rio de Janeiro, além de centenas de agrupamentos locais (“posses”) mobilizados em torno da cultura hip-hop nas periferias de São Paulo, nas vilas de Porto Alegre, nos aglomerados de Belo Horizonte, e em bairros pobres de Recife, Brasília e São Luís.

Esses grupos “disputam” os jovens com o tráfico, exercendo outro tipo de sedução e usando estratégias de atração igualmente fortes. São comprometidos com uma cultura de paz e sintonizados com o espírito e os interesses contemporâneos: além de cultura e arte, valorizam internet, computação, roupas e tênis da moda, viagens e intercâmbio regional e internacional. Em

geral, os projetos caracterizam-se por quatro aspectos inovadores no repertório de princípios das entidades de “direitos humanos” dos anos 80 e das ONGs dos anos 90: i) incentivar a geração de renda e emprego a curto prazo, buscando sucesso, colocação no mercado e profissionalização para seus integrantes; ii) ter um forte componente de afirmação individual, incluindo a formação de artistas e líderes, cuja fama passa a servir de exemplo e atração para outros jovens do local; iii) ter um forte componente de afirmação territorial, sendo freqüente que as letras de músicas, os nomes dos grupos, as camisetas e roupas e as lideranças reafirmem os nomes das comunidades (Vigário Geral, Cidade de Deus, Capão Redondo, Candeal, Alto Vera Cruz, Alto do Pina) e sua origem como um signo de “compromisso” com a mudança da comunidade; iv) um forte componente de denúncia do racismo e de afirmação racial negra, seja nas letras de músicas, nas indumentárias (cabelos afro, roupas) ou nos nomes de projetos (Música Preta Brasileira, Afro Reggae, Companhia Étnica, ou siglas como NUC, Negros da Unidade Consciente). No que diz respeito à violência e à criminalidade, a maioria dessas iniciativas se equilibra precariamente entre a denúncia da violência e da corrupção policiais e a construção de uma trajetória de autonomia em relação aos traficantes locais.

Juntamente o com o fenômeno de criação das “ONGs locais”, identificado por analistas,¹⁴ esses projetos e iniciativas – heterogêneos e não articulados entre si, mas que crescem consistentemente em favelas de várias cidades do país – vêm se tornando importantes, não só como pólos de construção de uma cultura alternativa ao tráfico, mas como *mediadores* entre a juventude das favelas, de um lado, e os governos, a mídia e, muitas vezes, atores internacionais, como fundações e agências de cooperação, de outro.

Esses “novos mediadores” trazem para o campo das ONGs, da esquerda e dos movimentos sociais, sindicais e associativos tradicionais novidades como: o interesse no mercado e os “fins lucrativos”, combinados com o compromisso com o comunitário; a afirmação de identidade territorial e racial, combinada com identidade social; a ênfase no subjetivo, nas trajetórias individuais, no sucesso e na fama, que se associam ao mundo da cultura e da arte. Tais novidades não deveriam ser desprezadas pelos que pretendem acompanhar as saídas que a sociedade brasileira vai produzir, nesta década, para enfrentar a violência e construir caminhos para a segurança, a justiça e a cidadania.

¹⁴ Veja Pandolfi e Grynzspan (2003).

Os intelectuais, as universidades e o campo da ciência e tecnologia

Soares (2001) observa que há uma escandalosa – e negligenciada - defasagem entre a relevância da segurança pública e a carência de estudos especializados, analíticos ou propositivos. Segundo o autor, há uma produção crescente, ainda que insuficiente, voltada para o diagnóstico analítico da violência e da criminalidade, mas uma ausência quase absoluta de trabalhos sobre políticas públicas de segurança. As conseqüências dessa ausência, combinadas com o desdém que as fundações de apoio à pesquisa devotam ao campo da segurança pública, são a falta de acúmulo de conhecimentos especializados e massa crítica para o debate. A gestão da segurança pública tem sido tradicionalmente entregue a militares, especialistas em direito e a policiais que muitas vezes têm uma formação quase exclusivamente intuitiva. A multidisciplinaridade não é praticada na elaboração de políticas e na formação de gestores.

De fato, as fronteiras de cooperação entre CT&I e a segurança pública têm sido pensadas, na maioria das vezes, no campo dos laboratórios de genética e nas ferramentas tecnológicas capazes de ajudar na elucidação de crimes. Mesmo nesse campo, pouco se avançou no Brasil, até mesmo pela ausência de uma cultura investigativa nas polícias brasileiras¹⁵.

Algumas experiências localizadas no país, contudo, indicam haver um vasto campo inexplorado de cooperação universidade-segurança pública tanto no terreno da formação de policiais como na área de pesquisas sociológicas (denominada “criminal justice” em algumas tradições e “criminology” em outras).

Em 2000, a Universidade Federal Fluminense iniciou uma experiência inédita, oferecendo o curso de formação obrigatória para oficiais da Polícia Militar (como requisito para a obtenção da patente de major e, posteriormente, da passagem de tenente coronel para coronel) e de delegados da Polícia Civil (que devem freqüentar o mesmo curso para estarem aptos a serem promovidos a delegados “de primeira”). A UFMG, através do CRISP (Centro de Investigação em Segurança Pública) oferece cursos de especialização para policiais militares e desenvolve parcerias para o monitoramento de crimes, usando ferramentas de geoprocessamento. As universidades federais do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Brasília, do Espírito Santos e da Paraíba vem desenvolvendo, também nos últimos anos, experiências localizadas de oferta de cursos de especialização, ainda que, via de regra, não constituam parte da formação obrigatório de policiais. A experiência da UFF demonstra que, além da excelência do ensino acadêmico, os maiores impactos na formação desses profissionais é serem obrigados a sair das academias de

polícia e conviver com policiais civis e estudantes de pós-graduação em um curso universitário de alto nível, voltado para a formação de gestores de segurança pública (com ênfase nas ciências sociais e nas suas fronteiras multidisciplinares, não exclusivamente no direito, como tem sido a tradição da formação da polícia no Brasil).

Em 2003, numa iniciativa pioneira e arrojada, a Secretaria Nacional de Segurança Pública anunciou um “edital”, para induzir pesquisas relacionadas à segurança pública, que foram julgadas por um comitê científico coordenado pela ANPOCS (Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais). Passados mais de dois anos, os recursos para os projetos aprovados ainda não foram liberados. Esse fato ilustra a baixa prioridade que ainda predomina nos investimentos para a cooperação entre pesquisadores universitários, centros de excelência e segurança pública. Há muito a fazer nesse campo. Políticas corajosas e determinadas de ciência e tecnologia, que recuperem o atraso de quase duas décadas de indiferença em relação ao fenômeno da violência e da criminalidade, que afeta predominantemente jovens pobres das periferias urbanas deste país, podem fazer a diferença.

¹⁵ Vide as baixíssimas taxas de esclarecimento de crimes em todo o país, cujos números sequer são divulgados (e, via de regra, nem mesmo pesquisados) pelas polícias de cada estado.

Referências bibliográficas

- Beato, C. et al. *Programa Fica Vivo: Ações simples, e resultados efetivos*. Informativo Ano 1, no. 5, fevereiro 2003. www.crisp.ufmg.br
- Borges, Dorian. Dados sobre cor e racismo no Brasil. In Silvia Ramos (org.). *Mídia e Racismo*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2002.
- Cano, Ignacio e Santos, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- Cano, Ignacio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.
- Dowdney, Luke. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.
- Lemgruber, Julita, Musumeci, Leonarda e Cano, Ignacio. *Quem vigia os vigias?* Rio de Janeiro: Record, 2003.
- Lemgruber, Julita. *Drugs, arms, poverty and governability: A Brazilian city in the 21st century*, fevereiro de 2003, in www.unodc.org/en/crime_cicp_standards.html
- Lemgruber, Julita. *Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2004, no prelo.
- Musumeci, Leonarda. Homicídios no Rio de Janeiro: tragédia em busca de políticas. *Boletim Segurança e Cidadania*. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, CESeC, julho de 2002.
- Pandolfi, Dulce e Grynzspan, Mario (orgs.). *A favela fala*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- Ramos, Silvia e Lemgruber, Julita. *Urban Violence, Public Safety Policies and Responses from Civil Society*. Social Watch Report, 2004. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 2004.
- Ramos, Silvia e Musumeci, Leonarda. “Elemento suspeito”: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro: CESeC, 2004.
- Soares, Gláucio Ary Dillon e Borges, Dorian. *A cor da morte*. Revista Ciência Hoje, outubro de 2004.
- Soares, Gláucio Ary Dillon. *Homicídios no Brasil: dados em busca de uma teoria*. Buenos Aires: Clacso, 1999.
- Soares, Luiz Eduardo. *Notas sobre a problemática da segurança pública*. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. IPEA, 2001
- Soares, Luiz Eduardo. *Pacto pela Paz: o consenso possível*, novembro de 2003, in: www.luizeduardosoares.com.br.
- Waiselfisz, Julio Jacobo. *Mapa da Violência III. Os jovens no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2002.